



PARA: DR. JULIANO BREDAS

PRESIDENTE DA CDDH/OAB/PR

Senhor Presidente,

Considerando que à Ordem dos Advogados do Brasil cumpre a defesa da Constituição Federal, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos, da Justiça Social, bem como pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas (Lei 8906/94 - art. 44 - I), a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania desta Seccional, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar um apanhado de um item do trabalho realizado nas visitas/vistorias em todas as unidades do Sistema Penal do Estado do Paraná, qual seja a referente à capacidade física das Unidades para receber presos e atual população.

A Comissão constatou que, hoje, o Sistema Penal encontra-se praticamente sem nenhuma condição de aumentar a população existente. Entendemos que a ponta deste iceberg está no desencontro de informações trazidas pelas autoridades administrativas e o que é constatado na realidade, *in loco*, junto às Unidades Prisionais, onde se vê que os presos, em sua maioria, são mantidos em estruturas e locais inadequados. Os estabelecimentos, com raras exceções, foram construídos sem que seus projetos levassem em conta a finalidade a que eram destinados e sem qualquer previsão à execução penal, com pouca infraestrutura para o trabalho, lazer, educação, visitas e outras atividades relacionadas ao bem-estar do preso. As plantas físicas destas unidades são mal equipadas para manter presos por um longo período de tempo.



Enclausurados e em situação deplorável, o Estado, com a pretensão atual, conforme vem amplamente divulgado pelos órgãos competentes (SEJU, DEPEN), de criar milhares de vagas nos estabelecimentos penais com a simples colocação de mais uma ou duas camas por cela, está dilacerando com a alma destas pessoas, tirando o pouco de humanidade que existe em seus corações, transformando-os em verdadeiros bandidos. Isto é uma das causas que explicam a elevação do índice de criminalidade ano a ano em nosso Estado.

Como tem sido divulgado, realmente, para aliviar o problema criado, a proposta é que o sistema prisional absorva estes presos, liberando as delegacias de polícia para desempenhar seu papel constitucional. Todavia, nas condições em que se encontra hoje o Sistema Penal do Estado, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/PR, apoiada nos dados abaixo especificados, afirma categoricamente, que INEXISTEM condições para levar a efeito a proposta trazida pelas autoridades já mencionadas de ampliar a capacidade do sistema penitenciário, sem que haja a participação direta e imediata do Poder Judiciário.

No período de 07 a 24 de agosto de 2012, a CDDH visitou e vistoriou as Unidades do Sistema Penitenciário do estado do Paraná, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, e, no período de 03 a 14 de setembro do corrente ano, as Unidades localizadas no interior do Estado do Paraná, a seguir especificadas:

UNIDADES PENITENCIÁRIAS REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

UNIDADE	CAPACIDADE	POPULAÇÃO	EXCEDENTE
CASA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA – CCC	443	504	61
CASA DE CUSTÓDIA DE SÃO JOSÉ DOS	900	940	40



PINHAIS - CCJP			
PENITENCIÁRIA	1440	1434	-
CENTRAL DO			
ESTADO – PCE			
PENITENCIÁRIA	543	693	150
ESTADUAL DE			
PIRAQUARA I –			
PEP I			
PENITENCIÁRIA	875	937	62
ESTADUAL DE			
PIRAQUARA II –			
PEP II			
PENITENCIÁRIA	370	441	71
FEMININA DE			
PIRAQUARA - PFP			
CENTRO DE	130	168	38
REGIME SEMI-			
ABERTO			
FEMININO DE			
CURITIBA - CRAF			
COMPLEXO	659	698	39
MÉDICO PENAL-			
CMP			
COLONIA PENAL	1356	1499	143
AGROINDUSTRIAL			
DE PIRAQUARA-			
CPAI			
TOTAL	6.716	7.314	574

UNIDADES PENITENCIÁRIAS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ

PENITENCIÁRIA	504	610	106
ESTADUAL DE			
LONDRINA I – PEL I			



PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II- PEL II	861*	1005	144 * (isolamento 59)
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ – PEM	360	365	- 5
CASA DE CUSTÓDIA DE MARINGÁ - CCM	380*	360	-20* 758-*
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CASCAVEL – PEC	928	920	-8
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL – PIC	240	345	105
CADEIA PÚBLICA LAUDENIR NEVES DE FOZ DE IGUAÇÚ – CADEIÃO (SEJU)	349	349	0
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇÚ I – PEF I	485	484	-1
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DE IGUAÇÚ II- PEF	920	921	-1
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA DE FOZ DE IGUAÇÚ- CRESF	140*	135	-5 + 248 – 113
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO- PEFB	968	963	-5



CENTRO DE REGIME SEMI ABERTO DE PONTA GROSSA - CRAPG	140	135	-5
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA- PEPG	432	424	-8
CENTRO DE REGIME SEMI ABERTO DE GUARAPUAVA- CRAG	320	301	-19
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA- PIG	240	236	-4
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE	720*	201	+ 418
TOTAL	7.987	8.099	-274

* Penitenciária Estadual de Cruzeiro do oeste: A unidade possui capacidade para 720 presos, mas possui estrutura administrativa e pessoal para apenas 201.

* Casa de Custódia de Maringá: em 12/09/11 foi destruída em parte por uma rebelião, restando a capacidade para abrigar 380 presos contra as 758 vagas originais. Hoje abriga 360 presos, em condições subumanas.

* Centro de Ressocialização Feminina de Foz do Iguaçu: A capacidade original é para 248 apenadas, mas tem condições estruturais e de pessoal para abrigar apenas 140 presas.



* Na Penitenciária Estadual de Londrina - PEL II, foram utilizadas 59 celas de isolamento , sendo colocadas camas para mais 144 presos, formando um triliche, sendo que o espaço entre a terceira e última cama e o teto não ultrapassa 40 cm de distância, impossibilitando a movimentação do corpo de um adulto, em condições absurdamente desumanas.

CURITIBA, 22 de setembro de 2012.

ISABEL KUGLER MENDES
VICE-PRESIDENTE CDDH

ELISABETE SUBTIL DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA CDDH